

Escrita de si, escrita da diferença

Writing of self, writing of difference

Mauricio Marques de Souza (Maurin K)

Artista e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP.

Contato: maurin.katast@gmail.com

RESUMO:

Limites e tensões no interior das possibilidades do queer enquanto estratégia epistemológica e existencial remetem à análise da produção discursiva e impressa que veicula contracondutas sexuais para fora dos limites do aparelho de Estado. A intenção aqui é esboçar uma cartografia a partir do mapeamento da publicação de *fanzines* (cadernos fotocopiados a partir dos quais informações, traduções livres, ensaios teóricos e literatura são divulgados, indivíduos ou coletividades *queer* fazem ressoar seus enunciados para fora da política editorial) no Brasil, Argentina e EUA, que fazem da contraconduta de sexo e gênero uma ferramenta de desmantelamento do *capitalismo cognitivo* e buscam criar territórios existenciais mais fluidos a partir da escrita e da arte.

Palavras-chave: cartografias, resistências, *queer*.

ABSTRACT:

Tensions inside the possibilities from queer as epistemological and existencial strategy goes to the analyses from the discursive production that circulates sexual contraconducts far beyond the State apparatus. We intend to outline a cartography from the mapping of fanzines publications (copies and cheap books from which coletivities and queer individuals can divulge your ideas) in Brazil, Argentina and EUA. These agrupments produces gender and sexual contraconducts to deconstruct cognitive capitalism and seek to create existencial territories through the writting and art.

Keywords: cartography, resistance, queer.

SOUZA, Mauricio Marques de (Maurin K). Escrita de si, escrita da diferença. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 16, set-dez, pp. 53-69.

Recebido em 1 de outubro de 2016. Confirmado para publicação em 21 de novembro de 2016.

contra-territórios queer

Se o *queer*, como propõe a teoria radical de grupos anarquistas com contracondutas sexuais (BAROQUE; EANELLI, 2011: 9), é uma proposta de dissolver o caráter identitário das políticas (e da polícia — pensando o binômio disciplinar a partir de Foucault), como ele se agencia aos movimentos de afirmação de identidades periféricas? Como esses se desdobram para constituir aproximações e tensões, sobre um território no qual o *queer* caminha em passos agitados, numa constante movimentação que o afasta dos legalismos e da dialógica relação entre o aparelho de Estado e os ditos movimentos sociais?

Para tanto, é um mapa fragmentado de iniciativas díspares, ausentes da base do fundamento ou de um *leitmotiv* que os guia na univocidade, que se revela ao se debruçar sobre o *queer* enquanto agenciamento coletivo ou como constituição de uma manada sexo-afetiva rebelde. Assim sendo, ocupo-me em compreender de que forma se torna urgente fazer emergir uma cartografia que possibilite produzir um mapa menos disperso dessas iniciativas, por vezes, ilhadas pela assimilação do aparelho de Estado ou pelos encaixes no interior dos movimentos sociais.

Como ponto de partida, nas páginas dedicadas ao *rizoma* em *Mil Platôs*, as considerações de Deleuze e Guattari (2011) opõem a produção de um mapa à produção de decalques (cópias) na medida em que o mapa se baseia numa experimentação real que possibilita a conjugação de diferentes fluxos (fluxos sexo-afetivos, fluxos rebeldes, fluxos teóricos), permitindo uma síntese entre campos que libera conexões antes inauditas. Portanto, por ser uma característica do mapa poder ser revertido, desfeito, montado infinitas vezes em diferentes combinações, as redes de conexão entre tais grupos e indivíduos — que possibilitam haver câmbio de informações, táticas, estratégias de combate entre essas subjetividades que manifestam contracondutas sexuais — produzem *agenciamentos coletivos de enunciação* no íterim das relações de cumplicidade e de

amizade a partir do enfrentamento às condutas normalizadoras no interior do capitalismo planetário.

Paul B. Preciado no artigo “Cartografias queer”, aponta ser necessário, antes de se lançar à tarefa cartográfica, indagar-se sobre as possibilidades de se produzir uma cartografia numa época que intitula “pós-sexual”. Se a tarefa de produção de uma cartografia se basear na diferença sexual, ou seja, na identidade sexo-gênero, funcionará apenas como uma taxonomia na qual o cartógrafo se abstém de sua posição identitária para produzir, a partir de uma suposta neutralidade de seu *locus* de enunciação, uma análise distanciada de um objeto qualquer. O que há de perigoso nessa cartografia é que facilmente pode virar um “ato de vigilância”, convertendo esse conhecimento em material para fazer funcionar dispositivos de controle e “convertendo-se em um arquivo de vítimas que mais que criticar a opressão, termina por estetizá-la” (PRECIADO, 2008: 3). Até que ponto escapar da recuperação de identidades de sexo e gênero e localizá-las em guetos teóricos? Ou, ao contrário, como fazer emergir a produção coletiva de um mapa que não localize, mas pressinta os rastros de *contra-territórios*?

Sabendo de antemão que é a afirmação da diferença que possibilita que esses grupos e indivíduos *queer* se conjuguem em sínteses efêmeras, por meio da investigação dos registros discursivos impressos produzidos no Brasil, Argentina e EUA, a partir da publicação de *fanzines*¹, pode ser produzido um mapeamento possível de *contra-territórios queer*. Ative-me, em um primeiro momento, aos *zines* publicados pela rede estadunidense anarquista *Bash Back!*, dentre os quais destaco a publicação *Gender Strike* que não se encontra mais em circulação, embora grande

¹ Espécie de caderno de baixo-custo, ligado ao movimento punk e anarquista, com o principal objetivo de veicular textos informativos e literários que podem e devem ser reproduzidos em vias de aumentar sua circulação fora do mercado editorial comercial. Muitos textos são traduções ou ensaios críticos publicados sem consentimento dos/as autoras e refletem escolhas ético-políticas pelo anonimato ou pela negação da propriedade intelectual.

parte de seus artigos e textos possam ser encontrados na antologia *Queer Ultraviolence* (BAROQUE & EANELLI, 2011); no Brasil, ao material *Kafeta Trans*², em três volumes. Também foram peças de minha atenção os impressos do Coletivo Coiote (inumeráveis em muitas edições).

Perseguindo *linhas de fuga*³ que, a um só tempo, escapam da abundante economia mercantil-editorial e também da política de difusão de material com reservas de direitos autorais, o material de pesquisa se organiza a partir de publicações autônomas e autogeridas — os *fanzines*, nos quais grupos anarquistas e *queer*, como o Coletivo Coiote (Brasil), Revista Rosa (Brasil)⁴, Ludditas Sexxxuales (Argentina)⁵, Manada de Lobxs (Argentina), Bash Back! (EUA), entre outros, fazem da produção de periódicos, traduções, entrevistas e registros de ações o fogo da difusão de informações que pode criar sociabilidades libertárias e transterritoriais —, encontros entre coletivos e subjetividades não organizados através da burocracia da militância ou do gesso institucional dos grupos governamentais ou para-governamentais. Essas “afinidades singulares na diferença” (PASSETTI, 2007: 88) são conjuradas e se desfazem com rapidez, produzindo rastros que apontam para a dissolução da sociedade, inventado constantemente maneiras de se relacionar entre si e com o fora. Nesse âmbito, inscreve-se minha própria produção literária, a partir da organização de pequenos cadernos poéticos, reflexos de minhas investidas nos escapes possíveis ao sistema sexopolítico, também em

² Material disponível para download em: Kafeta trans #1 - http://www.4shared.com/rar/BKlrOuMt/Kafeta_trans_1.html? e Kafeta trans #2 - http://www.4shared.com/rar/nHxupi3t/Kafeta_trans_2.html?

³ Utilizo o conceito de *linha de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 2012:103) para designar um componente de alguns agenciamentos que escapa do código binário de funcionamento da sociedade (nas esferas da macropolítica e da micropolítica). Esse componente nega a codificação binária dos fluxos, e no caso do sexo-gênero, faz emergir “mil pequenos-sexos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012:99).

⁴ <http://www.revistarosa.com.br/> Acessado em: 28 de novembro.

⁵ <http://luddismosexxxual.blogspot.com.br/>. Acessado em: 28 de novembro.

caráter experimental a partir da ingestão dos bloqueadores de testosterona e da experimentação artística performática adjacente, que me inscreveu de outra forma no espaço e me fez escrever de outra forma.

O território pode ser pensado como o elemento que delimita determinados hábitos de ação, de vida. O território é o espaço pelo qual se desloca uma manada em constante devir. A sexualidade pode ser entendida no modelo da territorialidade se essa compreensão abarcar seu caráter processual, em constante construção. Assim, os territórios são produções de nossos ritmos vitais e nisso concernem à vida. São ocupações de espaços-tempo móveis e ao mesmo tempo delineados. O território é aquilo que de fato *temos*; e se constrói em torno de uma pretensão à propriedade. A partir do território é que se delineia o sujeito. Em *Mil Platôs* há um interesse latente pela forma correspondente de organização do território que é a dos povos nômades (DELEUZE; GUATTARI, 2012: 53). A terra aparece na concepção de território não em um sentido político ou filosófico, mas, antes, geológico, de relevo. “O que é a terra?” transmuta-se em “como funciona a operação do aparelho de Estado que detém a terra?”. Portanto, um território existencial pode ser também habitado por diferentes maneiras de *experimentalizar* a sexualidade, como quem aprende uma nova língua, uma nova possibilidade de ocupar o território.

Nesse processo, evidentemente, aparecem linhas duras: a primeira apropriação do aparelho de Estado é sobre a terra; afirma uma nova legitimidade sobre essa, inventa um direito para regê-la. O Estado pretende ser o fundamento de toda propriedade. Essa máquina cria o conceito de uma nova realidade política que é a terra. A terra como espaço político é o espaço que engloba os territórios e da qual a máquina-Estado se apossa. A primeira forma de ocupação do espaço-tempo é a fundação. A fundação é a reiteração do presente, a reiteração territorialidade, de hábitos. O fundamento já nos remete a um passado

mitológico. Ele sempre *esta aí*, sempre está dado. As territorialidades que nós criamos definem o curso do tempo; o fundamento, de outra forma, faz-se como a ordem do tempo. A isso David Lapoujade (2015) opõe o *sem-fundo*, já que toda a questão por trás do “quem funda” nos remete a sua exterioridade máxima, uma zona para além do fundamento.

A questão “o que funda...?” tem isso de aberrante — ela nos faz remontar para além de todo fundamento, rumo a um “desfundamento”, uma dissipação de todo fundamento, que inevitavelmente acarreta uma crítica do valor de verdade e da verdade como valor (LAPOUJADE, 2015: 33).

Em todo caso, a produção desse mapa se delimitou a partir da escolha de grupos brasileiros, argentinos e estadunidenses que manifestassem contrapositionamentos em combate aos dispositivos de produção e manutenção das sexualidades normalizadas. Foucault, em sua análise sob o conjunto de técnicas de governo que compunham o poder pastoral, circunscreve a conduta em um campo duplo: conduta é tanto o ato de conduzir (*condução*), quanto um “se conduzir”, maneira de se portar frente ao ato de condução (FOUCAULT, 2008: 257). O pastorado é tomado como uma forma de poder que possui a conduta como alvo — produzindo um regime de governo sobre ela, e que, por fim, deixa entrever a ambiguidade acima descrita do próprio termo: resistências e revoltas inerentes ao movimento pastoral, que objetivam a criação de outras condutas, emergem enquanto força reativas (a esse respeito, Foucault detêm-se no Luteranismo como uma grande revolta da conduta que o Ocidente conheceu). Entretanto, na atualização do poder pastoral realizada pelas técnicas de governo político no exercício da governamentalidade, situada no final do século XVII, as conduções de condutas “não vão se produzir tanto do lado da instituição religiosa, e sim, muito mais, do lado das instituições políticas” (Ibidem: 261).

A utilização do termo “dissidência”, para designar formas de revolta ao

controle das condutas sexuais e de gênero em foco, exige um detalhamento. A dissidência não recoloca em face à conduta normalizadora uma nova conduta (libertadora, transgressiva), mas, antes, pretende uma recusa generalizada de qualquer forma de conduta, permitindo o aparecimento de um vácuo nas técnicas de governo que não só desestabiliza, mas que estabelece uma relação perigosa de *efeito* com o poder pastoral. Para Foucault, detendo-se nos enunciados de Soljenitsin a respeito do regime soviético, o abandono do termo “dissidência” é estratégico, especialmente em um momento em que as forças reativas tendem a ser assimiladas no interior do jogo político. Assim, Foucault propõe a utilização de “contraconduta”. O que me interessa substancialmente na utilização da palavra (essa um pouco torcida em um neologismo) é a discussão sobre a possibilidade do termo abandonado “dissidência” carregar em si, inclusive pela tradição militante e partidária, a possibilidade de criar a imagem reificada do “dissidente” e, portanto, daquele que toma posição *consciente* (que, a meu ver, careceria do desenvolvimento de uma “consciência política”) diante da condução da conduta. Foucault vai habilmente demonstrar que a recusa do termo permite se ater ao componente central da revolta ao regime das condutas: a contraconduta. Escolho, portanto, utilizar contraconduta ao me referir às práticas de enfrentamento às condutas de sexo-gênero normalizadoras que me proponho a analisar.

Não à identidade

A partir de tais considerações, a luta social que se descola da política identitária ganha novas formas a partir da crítica aos modelos LGBT. Pautado na conquista de direitos sociais que assegurem a existência de uma vida em sociedade para essas corporalidades, os movimentos sociais LGBT se ocupam em formular novos estatutos legislativos para a proteção dessas identidades sociais ou para a criminalização dos

atos de violência direcionados a gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, mas que ainda assim mantêm muita distância de uma crítica radical ao funcionamento do Estado e de suas instituições — antes, o sustentam em uma atitude de profunda conformidade política com a democracia representativa e participativa. Alguns grupos *queer* apresentam objetivamente uma disposição anti-estatal ao construírem críticas aos programas de assistência destinados à população LGBT e seus agenciamentos totalizantes e identitários que não suprimem, desde um ponto de vista micropolítico, os anseios e ambições desses. Mas, especificamente, grupos *queers* anarquistas procuram associar as opressões de sexualidade e gênero com os mecanismos da governamentalidade, procurando uma associação entre o fim do Estado e a livre expressão dos sexos, sexualidades e gêneros em miríades de corpos.

Em vista desse acontecimento recente, culminante em mega-eventos financiados pelas economias capitalistas e seu empresariado — ora pela criminalização das práticas discriminatórias (homofobia, transfobia, lesbofobia), ora pela reificação de determinadas identidades de sexo e gênero (de que o grande exemplo é a Parada da Diversidade ou do Orgulho LGBT realizada nas grandes capitais brasileiras e planeta afora) —, insurgem os corpos não-catalogados que se unem em coletividades anônimas em busca de práticas subversivas de confronto empreendimento voltado à produção da homossexualidade enquanto identidade rentável ao mercado, ou ao que chamaram comumente de *pink money*⁶. Declaradamente, alguns grupos aqui contemplados não só assumem práticas anticapitalistas, mas também questionam a inserção das demandas de direitos sociais da chamada “população LGBT” nas agendas de direitos de minorias das secretarias de saúde ou de segurança pública. A esse respeito, os artigos críticos publicados na revista estadunidense *Pink and Black*

⁶ Uma tradução literal seria “dinheiro rosa”. Termo que faz alusão ao poder monetário da chamada “comunidade homossexual” e funciona como uma espécie de termômetro do potencial do mercado consumidor *gay*.

Attack apresentam um panorama dos avanços em políticas públicas que produzem efeitos de assimilação no EUA, justamente as quais uma perspectiva *queer* anti-estado se ocupa em dismantelar.

Assimilacionismo, em um contexto *queer*, é representado pelas grandes campanhas, pelas organizações reformistas. (...) Assimilacionismo, então, procura integração ao capitalismo e ao poder estatal em troca de ser leal. O movimento LGBT é, dessa forma, em seu todo, um esforço assimilacionista (BAROQUE; EANELLI, 2011: 345).

No final de 2013 foi lançado um breve balanço do andamento das políticas públicas para minorias sexuais realizado pela Coordenação de Políticas LGBT de São Paulo. No início do documento há um aviso de alteração: a antiga Coordenação de Assuntos da Diversidade Sexual passou a se chamar Coordenação de Políticas LGBT. O documento, assinado por Julian Rodrigues, coordenador da seção, aponta realizações de eventos e medidas legislativas (chamadas de “ações estruturais”) de combate à homofobia com dois focos principais: através da produção visual a decorar a cidade e da instalação de centros de referência e atendimento LGBT. Fica ainda explicitado o apoio do governo municipal às edições da Parada do Orgulho LGBT e ainda a “requalificação” do Largo do Arouche e adjacências. Esses pontos estavam elencados no plano de metas da Prefeitura de São Paulo em consonância com os Objetivos Estratégicos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A crítica *queer* ao LGBT começa por demarcar uma diferença de terminologia. Mesmo as instituições políticas do Estado vêm adotando a sigla como um grande “guarda-chuva identitário” que reúne experiências de sexo, sexualidade e gênero distintas. O termo LGBT propõe criar uma estabilidade através da fixação em identidades de gênero ou sexuais para criar uma dinâmica representativa que funda, por último, identidades

políticas afeitas ao governo democrático das condutas. Segundo o artigo já citado veiculado pela revista anarquista *Black and Pink Attack*, é evidente, através da história da construção do termo LGBT, que o mesmo pretende ser uma sigla aglutinadora: do GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes), à adição da bissexualidade e posteriormente à inclusão da transexualidade (LGBT), a mais recente atualização conta ainda com transgêneros e travestis se juntando ao “T”.

As pesquisadoras Regina Facchini, colaboradora do PAGU-Unicamp, e Isadora Lins França comentam que a sigla GLS surgiu no Brasil no início dos anos 1990 como alternativa ao que nos países de língua inglesa se convencionou chamar de *gay friendly*, que basicamente designava espaços ou serviços em que pessoas *gays*⁷ eram bem-vindas. Portanto, o GLS tinha uma estreita relação com a criação de nichos de mercado para a comunidade *gay* e que permitissem a incorporação de um público heterossexual “moderno” sem grandes problemas. Muitas metamorfoses acompanharam a sigla que designa o sujeito político do movimento, sendo notáveis os momentos de incorporação:

Assim, em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de *gays* e lésbicas”) e, após 1995, surge primeiramente como um movimento GLT (*gays*, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a figurar como um movimento GLBT – de “*gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLBT ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos (FACCHINI; FRANÇA, 2009: 62-63).

No Brasil, ao menos desde os acontecimentos da Marcha das Vadias, em agosto de 2013⁸, desponta um cenário de lutas políticas nômades

⁷ No caso da língua inglesa, o termo *gay* designava não apenas homossexuais homens, mas também lésbicas.

⁸ A Marcha das Vadias é um movimento organizado por feministas que atua desde 2011 em Toronto e teve sua versão brasileira criada no mesmo ano. Promove a discussão sobre abusos sexuais e violências de gênero que incidem sobre os corpos

no que se inscreve nas revoltas dentro do sistema sexo-gênero (mas também um ano marcado por intensos confrontos entre coletivos e sujeitos livres anarquistas contrários às medidas políticas do Estado) que se ocupam em demarcar seu espaço *de fora* da política representativa e participativa adotada pela maior parte de organizações em defesa dos direitos LGBTTT. À sigla LGBT somam-se mais fragmentos identitários que provem a unificação da singularidade: travestis e transgêneros. A experiência da diferença é politicamente comprimida pela necessidade da localização de um “eixo comum” que coloque lutas distintas em um mesmo campo de ação.

escrita de si, escrita da diferença

Ao acompanhar a trajetória de Paul B. Preciado (outrora Beatriz Preciado) em *Testo Yonqui* — um certo diário de campo combinado com prontuário médico sobre sua experiência com a injeção de testosterona em gel, alguns caminhos se abriram para a produção de uma *escrita de si* a partir das experimentações de transformação da materialidade do gênero. Em certo sentido, “não se trata de passar de mulher para homem ou de homem para mulher, mas sim de infectar as bases moleculares da produção da diferença sexual” (PRECIADO, 2008: 110). Portanto, desprogramar o fundamento da diferença sexual, e com isso certamente implodir categorizações que serviram à corrente do feminismo essencialista, por meio da utilização de hormônios, “paródias políticas de gênero”, é uma tarefa simultaneamente micropolítica e macropolítica. Nas primeiras linhas de *Testo Yonqui*, Preciado afirma que o livro se

femininos, criticando a “cultura do estupro” e outras violações machistas. Em 2013, no decorrer da marcha no Rio de Janeiro, membros do Coletivo Coiote realizaram uma ação pornô-terrorista utilizando imagens sacras que repercutiu de forma ampla midiaticamente e apontaram para outros caminhos de combate ao sistema sexo-gênero. A ação pode ser vista em: https://www.youtube.com/watch?v=1peVY3moOyI&oref=https%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3D1peVY3moOyI&has_verified=1&bpctr=1481406517. Acessado em 10 de dezembro de 2016.

trata de uma espécie de diário, um protocolo, uma narração de um processo de hormonização fazendo uso de testosterona sintética, no qual o próprio corpo da pesquisadora vem a se tornar seu maior campo de experimentação e escrita. Corpo-escritura. Corpo, primeira superfície sobre a qual vai imperar um regime de signos sobrecodificados constantemente pelo aparelho de Estado e pelas máquinas do capitalismo cognitivo.

Traçar pontos que demarquem os deslocamentos produzidos nas resistências de grupos *queer*⁹ na atualidade situa uma transvaloração das categorias de identidade de sexo-gênero, a partir de uma perspectiva rebelde em relação a essas, e revela em conjunto a intenção de implodir a ideia de identidade para que outros territórios existenciais possam ser criados, ativando zonas e regiões corporais ainda não acessíveis. O *queer*, em especial as práticas sexo-afetivas que suscita, desloca a imagem da homossexualidade do campo da normalização identitária. Anteriormente ao aparecimento do *queer* enquanto corrente teórica nos EUA durante os anos 1990, a partir das pesquisas empreendidas pelo *gender studies*, outras práticas sexo-dissidentes operaram modificações na construção de uma pacificação *gay* a partir do surto epidêmico do HIV antecedente. O trabalho de uma cartografia bicha, experimento teórico de Jésio Zamboni (2013), propõe que o corpo sexuado da bicha insurja contra a normalidade da identidade *gay* e coloca em jogo a materialidade corpórea em detrimento da identidade política designada. Pensar a bicha, no caso de Zamboni, como um modo de vida e não enquanto uma tipologia é urgente para eclodir a experimentação singular da diferença, esquivando-se da concepção da sexualidade enquanto demarcação do sujeito que inaugura uma diversidade de conhecimentos e regulações

⁹ No prefácio da antologia da rede de ação *Bash Back!* consta uma definição possível do termo: “Nós vemos *queer* como a dissolução das identidades sexuais e de gênero. *Queer* é a negação de identidades fixas. É uma guerra contra todas as identidades. Em consonância com a tendência *Bash Back!*, para os usos dessa antologia *queer* significa *trans* porque o binarismo de gênero é inerentemente opressivo” (BAROQUE; EANELLI, 2011: 9).

decorrentes, armadilha a que mesmo a produção de cartografias deve atentar.

A utilização das categorias médicas para a produção de identidades quaisquer funciona como um sistema de produção de subjetividades sexuais esquadrihadas entre o normal e o abjeto, inscreve em cada corpo uma determinação identitária específica que age sobre ele enquanto um dispositivo de poder. Diante desta constatação, indivíduos *queer*, organizados em coletividades ou sós, ocupam-se em agir anonimamente para dar vasão a seus projetos por uma vida autêntica na construção política de seus corpos: não mais identidade, não mais luta pela igualdade de direitos ou ainda pela diversidade sexual, confortavelmente localizada na agenda política representativa. Numa atitude nietzschiana¹⁰ de afirmação da *vontade de potência* que realiza a afirmação de suas forças a partir da diferença, *queers* radicais procuram fazer da negação uma potência secundária, e não permitir espaço ao niilismo reativo do ativismo revolucionário. O desejo de reinventar seus modos de vida é perpassado pela urgência de reinventar seus corpos. Portanto, as forças ativas de criação de outros modos de vida pode ser o fator que inaugura o desejo *queer* de perpassar espaços fora da normalidade, opondo-se a essa apenas em caráter causal.

As experimentações corporais e sensitivas que desafiam o sistema sexo-gênero e seus dispositivos normalizadores se inscrevem a partir da potência de se experimentar outros territórios existenciais e ativar aquilo que Suely Rolnik (2006: 4) denominou de *corpo vibrátil*. Esse corpo que não mais se funda pela percepção identitária do mundo e de si mesmo experimenta a potência criadora do novo, pois as representações que dispomos não mais satisfazem. De uma forma ou outra, esse é o

¹⁰ Em sua análise de conceitos nietzschianos, Deleuze (2009) opõe forças ativas, que afirmam e subjugam, às forças reativas, que se adequam e provocam regulações. As primeiras, próprias da *vontade de potência*, são contrárias ao niilismo reativo e à negação como primeira instância de um posicionamento livre. Ao contrário, é na afirmação da vontade que essas forças ativas encontram sua maior vasão.

empreendimento de *multidões queer* no que tange à criação de novas formas de se afetar, novas linguagens corporais através das quais se comunicar, novas danças-revoltas como estratégias de ataque às bases do sistema sexo-gênero imperante. Essas multidões a que se refere Preciado — retomando genealogicamente os movimentos franceses dos anos 1970 como a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR), o Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) e as terroristas Guoines Rouges, e também o volume 12 da revista *Tout* e a edição recolhida pelo governo francês da *Recherches (Trois milliards de pervers)* — são a primeira experiência de uma ofensiva dos chamados anormais. As *multidões queer* devem se esquivar de duas interpretações que podem assimilá-las ao contexto político representativo (reativo): fazer da multidão *queer* um espaço como um “reservatório” das experiências de transgressão ou levá-las a ocupar um espaço de oposição às propostas políticas identitárias.

É preciso admitir que os corpos não são mais dóceis. “Desidentificação” (para retomar a formulação de De Lauretis), identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual são algumas das estratégias políticas das multidões *queer* (PRECIADO, 2011: 15).

Para tanto, o processo de escrita (escrita-corpo, escrita como registro dos acontecimentos corpóreos) é um campo em que essa potência criadora pode se exercer e vir a constituir um corpo vibrátil. Em Artaud, a própria sexualidade é uma língua. E como tal, sujeita aos códigos binários e normalizadores. A sexualidade é “uma inimiga para Artaud, na medida em que ela é igualmente uma forma de vida organizada, manipulada e controlada” (UNO, 2012: 39). E, em coro à entrevista de Paul Preciado¹¹, se a sexualidade é de fato uma língua, é possível

¹¹ Entrevista concedida para o jornal *El País* em 13 de junho de 2010 e elaborada por Luz Sánchez-Mellado. Disponível em http://elpais.com/diario/2010/06/13/eps/1276410414_850215.html. Acesso em: 26 de março de 2016.

aprender outra sexualidade como se aprende uma nova língua; é preciso desterritorializá-la, fazê-la delirar e falar como um judeu em Praga ou um cachorro que faz seu buraco (DELEUZE; GUATTARI, 2014: 39), para que ela possa desenrolar em campos não conhecidos e experimentar movimentos únicos.

Quando Artaud investe sua pesquisa na e pela experimentação de um *corpo sem órgãos*, trava uma luta mais intensa no campo de deixar de se “tocar com as mãos”, de “ver com os olhos”, do que propriamente aniquilar essas funções ou mesmo os aparelhos que as produzem. O corpo que tocamos é uma produção posterior dos sentidos que outrém imprime em sua superfície. Só podemos fazer nascer um novo corpo quando são outras as mãos que nos tocam e fazem surgir pedaços invisíveis que solitariamente não poderiam ser percebidos; a experiência sexo-afetiva revela possibilidades corporais infinitas (FOUCAULT, 2013: 16).

Para tanto, a arte e as técnicas de si, especialmente a escrita (FOUCAULT, 2006: 146), desempenham a função de conectar as palavras a uma ética (e aqui, nesse caso específico, conduzem a outra estética da existência) muito pessoal, sobre a qual nossas ações, nossas contracondutas possam ter vazão total e, num plano micropolítico, alterar sensivelmente o território no qual habitamos. Nesse sentido, em minhas próprias experimentações de desregramento de gênero cotidianas, produzir outros territórios existenciais sem referências e, como o deslocamento do agrupamento nômade, não contar com nenhuma baliza predefinida. A poesia e a escrita de uma *literatura menor* em grupos e indivíduos *queer* transborda suas performances diárias na medida em que o corpo se torna superfície de escritura, e a escrita, superfície corpórea.

tua longa
manga
me esconde
sobre
sobre
superfícies
não táteis
não saber
quem sou em
relação a
você
golpeio
certezas
com mãos de
bicha
mole
como em minha
sibéria
particular
sento-me
no chão
dessa
dor
desço até
mim
desço um
metro e
oitenta e
oito

Poesia de Maurin K que compõe o livro *Canteiro*,
a ser publicado pela Editora miríada +k

Referências bibliográficas

- BAROQUE; Fray; EANELLI, Tegan (org.) (2011). *Queer Ultra Violence: Bashback! Anthology*. San Francisco: Ardent Press.
- BRAIDOTTI, Rosi (2002). “Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade”. In: *labrys, estudos feministas*, n.1-2, julho/dezembro.
- DELEUZE, Gilles (2009). *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (2011). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 1. 2ª edição. São Paulo: editora 34.
- _____. (2012). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 3. 2ª edição. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2014). *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (2009). “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-americana*, n.3, pp. 54-81.
- FOUCAULT, Michel (2006). *Ditos e Escritos Vol. V: Ética, sexualidade e política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2008). *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições.
- GUATTARI, Félix (2012). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2ª edição. São Paulo: Editora 34.
- LAPOUJADE, David (2015). *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 Edições.
- LIMA, Fátima (2012). “Manifesto por uma euforia de gênero”. In: *QUEERING PARADIGMS*, 4, 2012, p. 10, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/101538843/Manifesto-por-uma-Euforia-de-Genero>. Acesso em: 16 de janeiro de 2013.
- LUDDITAS SEXUALES (2012). *Ética amatória del deseo libertário y las afectaiones libres y alegres*. Buenos Aires: milena caserola.
- PASSETTI, Edson (2007). *Anarquismo Urgente*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes (2012). “Queer nos trópicos”. In: *Contemporânea*, v. 2, n. 2, jul./dez., pp. 371-394, São Carlos. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88/53>. Acesso em: 15 de março de 2016.
- PRECIADO, Beatriz (2008). *Texto Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe.
- _____. (2008b). *Cartografias queer: el flaneur perverso, la lesbiana topofóbica y la puta multicartográfica, o como hacer una cartografía “zorra” com Annie Sprinkle*. Disponível em: <https://seminariolecturasfeministas.files.wordpress.com/2012/01/13163213-preciado-beatriz-2008-cartografias-queer-el-flaneur-perverso-la-lesbiana-topofobicay-la-puta-multicartografica-o-como-hacer-una-cartografia.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2016.
- _____. (2011). “Multidões Queer: notas para uma política dos ‘anormais’”. In: *Estudos Feministas*, vol.19, n.º1, Jan./Abr, Florianópolis.
- PRECIADO, Paul B. (2014). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições.
- ROŁNIK, Suely (2006). *Geopolíticas da Cafetinagem*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2016.
- UNO, Kuniichi (2012). *A gênese de um corpo desconhecido*. Tradução de Christine Greiner. São Paulo: n-1 Edições.